

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.410 - PR (2019/0216862-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ELZA TEREZINHA DE SOUZA E SILVA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **JOAO CARLOS POLISTCHUK - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **JOSÉ FRANCISCO CUNICO BACH - PR013467**
AGRAVADO : **NEWTON JOSE PEDROSO**
ADVOGADO : **VANDIR FRACARO - PR060528**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ELZA TEREZINHA DE SOUZA E SILVA - ESPÓLIO contra a decisão que não admitiu o recurso especial.

A denegação se deu pelos seguintes fundamentos:

i)

"(...)

De início, convém destacar que 'o Recurso Especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal' (AgInt no REsp 1624842/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 11/03/2014, DJe 04/04/2017)" (fl. 518 e-STJ);

ii) rever os argumentos trazidos no acórdão recorrido demandaria apreciar o conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 7/STJ; e

iii) impossibilidade de apreciar o dissídio jurisprudencial em razão da incidência da Súmula nº 7/STJ.

Nas razões do presente recurso, a agravante sustenta que não se aplica a Súmula nº 7/STJ ao presente caso.

Menciona que a divergência jurisprudencial foi demonstrada.

No mais, reitera os argumentos trazidos no recurso especial quanto ao mérito da causa.

Contraminuta às fls. 629/631 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

O agravo não comporta conhecimento.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Constata-se que não houve impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator *"não conhecer do recurso inadmissível,*

Superior Tribunal de Justiça

prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

No caso, as razões do agravo deixaram de impugnar o argumento de impossibilidade de apreciar violação de súmula em sede de recurso especial.

É pacífico o entendimento desta Corte de que a parte agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

A propósito, o recente julgamento do EAREsp nº 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2018, ainda pendente de publicação.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) - fl. 344 e-STJ, os quais devem ser majorados para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada a justiça gratuita se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator